

NECESSIDADES DE SAÚDE DA POPULAÇÃO TRANSEXUAL: UMA REVISÃO SISTEMATIZADA.

PATRICIA DA CONCEIÇÃO BANDEIRA¹; CLARISSA DE SOUZA CARDOSO² ; JUANA FRAGA LARROSA³; KARINE LANGMANTEL⁴; MICHELE OLIVEIRA MANDAGARÁ⁵; VALÉRIA CRISTINA CHRISTELLO COIMBRA⁶.

¹*Universidade Federal de Pelotas – patriciabandeira_@hotmail.com;*

²*Universidade Federal de Pelotas – cissascardoso@gmail.com;*

³*Universidade Federal de Pelotas – fraga.juana@gmail.com;*

⁴*Universidade Federal de Pelotas - kaa_langmantel@hotmail.com;*

⁵*Universidade Federal de Pelotas – mandagara@hotmail.com;*

⁶*Universidade Federal de Pelotas – valeriacoimbra@hotmail.com*

1. INTRODUÇÃO

A transexualidade ainda é um tabu na sociedade brasileira. O termo transexual é utilizado para descrever indivíduos cuja identidade de gênero difere significativamente do sexo que foram atribuídos no nascimento (PERES-BRUMER et al., 2015). A falta de informação e o preconceito fazem com que as pessoas transexuais encontrem barreiras para exercer seus direitos, como cuidados à saúde.

Os transexuais possuem poucos programas e serviços especificamente adaptados às suas necessidades. É uma população estigmatizada e discriminada que demanda de atenção especial, pois o próprio estigma se coloca como um fator de vulnerabilidade em saúde, na medida em que pode comprometer o acesso ao serviço e a qualidade da atenção prestada (SANTOS et al, 2014; WOLF et al., 2016). Devido ao medo da discriminação, os indivíduos transexuais relatam evitar a busca de serviços de saúde (LYONS ET AL., 2016). A população necessita de um atendimento humanizado e livre de discriminação por sua identidade de gênero, incluindo, o uso do nome social como forma de estímulo de acesso ao sistema de saúde, direito ao cuidado à saúde desvinculada ao diagnóstico psicopatológico ou foco exclusivo a Infecções Sexualmente Transmissíveis (SANTOS et al, 2014).

O objetivo deste trabalho é apresentar os resultados de uma revisão sistemática de resumos publicados na base de dados PubMed.

2. METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão sistemática de resumos de artigos sobre as necessidades de saúde que a população transexual apresenta, olhando para os diferentes cenários e serviços de saúde. Com a finalidade de buscar artigos que subsidiam a discussão a respeito das necessidades de saúde para esta revisão, realizamos a seguinte questão: “quais são as necessidades de saúde da população transexual?” A busca ocorreu em outubro na base de dados PubMed com os seguintes descritores: Gender identity (MeSHTerms); Public Policies (MeSHTerms); Sexual Minorities (MeSHTerms); Homosexuality (MeSHTerms); Gender Identity; Homosexual rights. Foram adicionados os filtros: Artigos de acesso livre e completos, publicações dos últimos dez anos e na língua inglesa, portuguesa e espanhola. Foram excluídos os artigos duplicados, resenhas, anais de congresso, artigos de opinião, artigos de reflexão, editoriais, artigos que não abordaram diretamente o tema deste estudo, e artigos publicados fora do período de análise. Foram encontrados 275 artigos, foram descartados 229 artigos por tratarem de

Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) e 30 por estarem fora da temática e por abordarem outras questões de saúde sem relacionar com a transexualidade. Restando 16 resumos para serem lidos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Embora os transexuais estejam em risco aumentado por uma série de problemas de saúde, essa população é considerada um coletivo ainda pouco explorado, pela existência de inúmeras dimensões que o compõe (SANTOS et al., 2014; OWEN-SMITH et al, 2016). As necessidades de saúde da população transexual encontra-se ainda atrelada as políticas públicas e programas de saúde relacionadas as infecções sexualmente transmissíveis (WOLF et al., 2016). Pouco sabemos sobre as necessidades e experiências na busca por serviços de saúde, principalmente aquelas que encontram-se em situação de vulnerabilidade social (LYONS ET AL., 2016; NGUYEN ET AL., 2016). Deve-se procurar desenvolver ações que possam promover o cuidado a população transexual e novas pesquisas sobre a área (ALI et al; DAY et al, 2016; MULLER et al; HEIDARI; REISNER, 2015).

As pesquisas voltadas a saúde da população transexual está delimitada as questões psicopatológicas, em foco predominante sobre HIV/AIDS. O fato das mulheres transexuais serem alvo mais vulnerável ao risco de infecção ocasiona o incentivo de pesquisas abordando somente essa preocupação. Esse ato acarretou o negligenciamento dos homens transexuais pela presumida baixa prevalência que possuem de contaminação (RAMOS-PIBERNUS et al, 2016). É necessário examinar se algumas estratégias são mais ou menos efetivas para certos subgrupos dentro da população transexual (OWEN-SMITH et al., 2016). O acesso limitado a informações e serviços de saúde inadequados pode contribuir negativamente no cuidado em saúde entre pessoas transexuais, incluindo ansiedade, depressão, abuso de substâncias, autoadministração hormônios sem supervisão médica e suicídio (REED et al, 2016).

Apesar de questões de gênero estar cada vez mais na mídia e em rodas de discussão, a população transexual possui alto risco de comprometimento com cuidados de sua saúde (ALI et al, 2016). Eles e elas têm sido objeto de assédio e discriminação baseado na expressão do gênero, ou seja, a exigência social para que expressem o gênero correspondente ao sexo biológico, afirmando que a identidade de gênero é inata, imutável e não associada à escolha. (POWELL, et al; OWEN-SMITH et al; LYONS et al., 2016; BEHAR-HORENSTEIN et al, 2015).

É importante salientar que a identidade de gênero é construída não necessariamente seguindo o sexo biológico que corresponde a como nascemos (PETRY; KLEINPAUL, 2016). O gênero é uma representação social individual, como a pessoa se enxerga perante a sociedade. A identidade de gênero não está ligada as genitálias, ela é de livre escolha, e de livre construção individual de cada pessoa. Porém a realidade mostra outro viés, sendo este nada amistoso com a dignidade humana dos transexuais quando mesmo após passar por um processo de transexualização ainda não são reconhecidos como tal (PETRY; KLEINPAUL, 2016).

As compreensões dos profissionais de saúde sobre gênero e sexualidade são um importante fator para entender a dificuldade dos mesmos em realizar as ações de saúde com a população transexual. Estas ainda colidem com as suas crenças e valores morais, onde há uma negação a expressão de gênero dos usuários da rede. (PETRY; KLEINPAUL, 2016). Os profissionais necessitam cumprir seus princípios

éticos, abordando a população transexual com dignidade e humanização, seguindo os princípios resguardados pelo SUS (BRASIL, 2015).

4. CONCLUSÕES

A promoção da qualidade de vida e acesso à saúde para a população transexual deve ser abordada a partir do olhar dos movimentos sociais, do serviço e da gestão que, em conjunto, considera as vulnerabilidades específicas da comunidade. A população transexual é revestida de múltiplos preconceitos, os quais influenciam negativamente na promoção da sua qualidade de vida.

Deve-se procurar desenvolver ações que possam promover o cuidado a população transexual como também novas pesquisas sobre a área. É de fundamental importância instigar reflexões sobre o tema sem vincular unicamente essa população a patologização da transexualidade ou as infecções sexualmente transmissíveis, procurando promover o acolhimento integral e humanizado para esses indivíduos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALI, S.; KOWALSKI, S.; SILVA, P. Advocating for sexual rights at the UN: the unfinished business of global development. **Reprod Health Matters**, vol.23, n.46, p.31-37, 2015.

BEHAR-HORENSTEIN, L.S.; MORRIS, D.R. Dental School Administrators' Attitudes Towards Providing Support Services for LGBT-Identified Students. **J Dent Educ**, vol.79, n.8, p.965-970, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão. Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Transexualidade e travestilidade na saúde**. Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. – Brasília, 2015. Acessado em 02 out. 2017. Online. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/transexualidade_travestilidade_saude.pdf

DAY, S.; MASON, R.; LAGOSKY, S.; ROCHON, P.A. Integrating and evaluating sex and gender in health research. **Health Res Policy Syst**, vol.14, n.1, p.75-91, 2016.

HEIDARI, S. Sexual rights and bodily integrity as human rights. **Reprod Health Matters**, vol.23, n.46, p.16-30, 2015.

LYONS, T.; KRÜSI, A.; PIERRE, L.; SMITH, A.; SMALL, W.; SHANNON, K. Experiences of Trans Women and Two-Spirit Persons Accessing Women-Specific Health and Housing Services in a Downtown Neighborhood of Vancouver, Canada. **LGBT Health**, vol.3, n.5, p.373-378, 2016.

MILLER, A.M.; KISMÖDI, E.; COTTINGHAM, J.; GRUSKIN, S. Sexual rights as human rights: a guide to authoritative sources and principles for applying human rights to sexuality and sexual health. **Reprod Health Matters**, vol.23, n.46, p.16-30, 2015.

NGUYEN, T.Q.; POTEAT, T.; BANDEEN-ROCHE, K.; GERMAN, D.; NGUYEN Y.H.; VU, L.K.; NGUYEN, N.T.; KNOWLTON, A.R. The Internalized Homophobia Scale for Vietnamese Sexual Minority Women: Conceptualization, Factor Structure, Reliability, and Associations With Hypothesized Correlates. **Arch Sex Behav**, vol.45, n.6, p.1329-1346, 2016.

OWEN-SMITH, A.A.; WOODYATT, C.; SINEATH, R.C.; HUNKELER E.M.; BARNWELL, T.; GRAHAM, A.; STEPHENSON, R.; GOODMAN, M. Perceptions of Barriers to and Facilitators of Participation in Health Research Among Transgender People. **Transgend Health**, vol.1, n.1, p.187-196, 2016.

PETRY, A.R; KLEINPAUL, W.V. Nome social: uma conquista dos movimentos sociais desconhecida por serviços de atenção básica em um município do Rio Grande do Sul. **Enfermagem Brasil**, v.15, n.1, p.26-32, 2016.

POWELL, T.; SHAPIRO, S.; STEIN, E. Transgender Rights as Human Rights. **AMA Journal of Ethics**, vol.18, n.11, p.1126-1131, 2016.

RAMOS-PIBERNUS, A.G.; RODRÍGUEZ-MADERA, S.L.; PADILLA, M.; VARAS-DÍAZ, N.; MOLINA, R.V. Intersecções e evolução das categorias "Butch-trans" em Porto Rico: Necessidades e barreiras de uma população invisível. **Saúde pública global**, vol. 11, n.7, p. 966-980, 2016.

REED, G.M.; DRESCHER, J.; KRUEGER, R.B.; ATALLA, E.; COCHRAN, S.D.; FIRST, M.B.; SAXENA, S. et al. Distúrbios relacionados à sexualidade e identidade de gênero no ICD-11: revisão da Classificação ICD-10 com base em evidências científicas atuais, melhores práticas clínicas e considerações sobre direitos humanos. **World Psychiatry**, vol.15, n.3, p.205-221, 2016.

REISNER, S.L.; HUGHTO, J.M.; DUNHAM, E.E.; HEFLIN, K.J.; BEGENYI, J.B.; COFFEY-ESQUIVEL, J.; CAHILL, S. Legal Protections in Public Accommodations Settings: A Critical Public Health Issue for Transgender and Gender-Nonconforming People. **Milbank Q**, vol.93, n.3, p. 484-515, 2015.

SANTOS, A.B.; SHIMIZU, H.E; MERCHAN-HAMANN, E. **Processo de formação das representações sociais sobre transexualidade dos profissionais de saúde: possíveis caminhos para superação do preconceito**. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, nov. 2014 . Acessado em 02 out. 2017. Online. Disponível em:http://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232014001104545&lng=en&nrm=iso

SEHNEM, G.D. et al. Assistência em saúde às travestis na atenção primária: do acesso ao atendimento. **Revista de enfermagem UFPE on line-ISSN: 1981-8963**, v.11, n.4, p.1676-1684, 2017.

WOLF, R.C.; ADAMS, D.; DAYTON, R.; VERSTER, A.; WONG, J.; ROMERO, M.; MAZIN, R.; SETTLE, E.; SLADDEN, T.; KEATLEY, J. Putting the t in tools: a roadmap for implementation of new global and regional transgender guidance. **Journal of the International AIDS Society**, v.19, n.3, 2016.